

Crise e Pensamento Econômico

Eleutério F. S. Prado¹

Ao se prestar a atenção, por exemplo, num artigo clássico que define a economia política – e aqui estou pensando em *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*, de John Stuart Mill, publicado em 1832 – vê-se logo que esse saber interessa, sobretudo, ao homem de estado. Ele diz, por exemplo:

“Ninguém que tente estabelecer proposições para a direção da humanidade, por mais perfeitas que sejam suas aquisições científicas, pode renunciar a um conhecimento prático dos modos reais pelos quais os assuntos de do mundo são conduzidos (...) [Porém,] o verdadeiro homem prático de Estado é aquele que confina esta experiência com um profundo conhecimento de filosofia política abstrata”, na qual se inclui a economia política.

Isto estabelece uma premissa importante daquilo que aqui quero dizer: não se pode compreender a economia política num dado momento histórico – mesmo se ela é chamada, em perspectiva positivista, meramente de Economia – se não se comprehende a forma que assume, nesse momento, o poder do Estado. Nessa perspectiva, em consequência, ao se desejar compreender o pensamento econômico contemporâneo torna-se necessário compreender o que vem a ser o neoliberalismo. De modo preliminar, pode-se dizer já aqui que o neoliberalismo não é nada mais do que uma concepção de como deve ser exercido o poder de estado no capitalismo contemporâneo, em particular, mas de modo central, na gestão da acumulação e no abafamento da luta de classe. E que, para bem apreendê-lo adequadamente, é preciso compreender também o capitalismo em seu atual momento histórico.

Defendo a tese de que o neoliberalismo vem a ser o pensamento econômico-político dominante do capitalismo de pós-grande indústria, ou, denominando-o de modo mais explícito, do capitalismo cuja base produtiva consiste na inteligência coletiva. Sustento que o capitalismo está saindo celeremente do modo de produção da grande indústria, tal como se encontra caracterizado em *O Capital*, para passar para um modo de produção em que a matéria privilegiada da forma capital produtivo modifica-se substantivamente, tal como se pode caracterizar com base em textos dos *Grundrisse*.

Se antes a matéria por excelência do capital na produção de mercadorias era o sistema de máquinas, agora vem a ser o que Marx denominara de inteligência coletiva (*general intellect*). Ou seja, se antes a força produtiva social encontrava-se instalada numa base mecânica, química, etc., agora esta está incrustada em sistemas lógicos de informação e de computação. Se antes o capital produtivo aparecia, sobretudo, como ativo físico (máquinas, instalações, equipamentos, etc.), agora ele se configura de modo especial como ativo intangível (sistemas de informação, tecnologias, conhecimentos, etc.).

¹ Professor da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. O texto contém uma tese sobre a natureza da teoria econômica ortodoxa na fase atual do capitalismo, a qual foi apresentada na mesa-redonda “A crise e o Pensamento Econômico”, no XIV Seminário sobre a Economia Mineira – Diamantina, em 26 de maio de 2010.

Ora, para entender o neoliberalismo é preciso entender, primeiro, o liberalismo. Defendo a tese de que as raízes do liberalismo em sua configuração geral encontram-se na contradição entre a aparência e a essência do modo de produção capitalista. Por aparência, entende-se a circulação mercantil, esfera em que as relações sociais apresentam-se sob a forma da igualdade e da liberdade e, por essência, compreende-se a própria produção de mercadorias, esfera em que as relações sociais se mostram inequivocamente como de dominação e exploração.

Para distinguir o neoliberalismo como ideologia central do capitalismo contemporâneo, é preciso distingui-lo de duas conformações anteriores, ou seja, do liberalismo clássico e do liberalismo social (mudança do liberalismo ocorrida a partir do final do século XIX e que acabou se confluindo historicamente com a social-democracia de meados do século XX, originada esta do socialismo). As transformações no desenvolvimento histórico daquela mencionada contradição estrutural do capitalismo (ou seja, a contradição entre a aparência e essência do modo de produção), condicionaram as mudanças da ideologia dominante no plano de sua superestrutura.²

Para apresentar melhor essa tese é necessário fazer distinção entre três momentos do desenvolvimento do próprio modo de produção, os quais vieram depois do período da manufatura (que vai de meados do século XVI até o último quartel do século XVIII). Distingo a grande indústria competitiva (que vai daí até o último quartel do século XIX), a grande indústria monopolista (que vai daí até o último quartel do século XX) e a pós-grande indústria (que está desde então em processo de desenvolvimento).

A manufatura e a grande indústria, seguindo a apresentação histórica consagrada em *O Capital*, são caracterizadas, respectivamente, pela subsunção formal estrita e pela subsunção formal e material do trabalho ao capital. A grande indústria monopolista distingue-se da grande indústria originária pela dinâmica da acumulação, pela forma da concorrência capitalista e pela busca incessante de superlucros. A pós-grande indústria, por sua vez, é caracterizada pela subsunção formal e intelectual do trabalho ao capital.

Note-se que tanto a subsunção dita material quanto a subsunção dita intelectual são consideradas nos termos de Marx como subsunção real. Nesse sentido, considerou-se que nas transformações internas do modo de produção capitalista ocorreram não apenas meras mudanças qualitativas, mas sobrevieram também progressivos aumentos nos graus da subordinação do trabalho assalariado ao domínio do capital. Se a dominação da capacidade de trabalho, a subjetividade do trabalhador, era externa na manufatura, passa a ser interna na grande indústria: o trabalhador é transformado de componente do órgão coletivo de trabalho em peça do sistema de máquinas. Já na pós-grande indústria, o trabalhador é configurado corporal e intelectualmente como pessoa integral do capital, como “capital humano”.

Mesmo tendo consciência de que não há coincidência precisa entre os períodos históricos em que prevalecem essas formas de dominação do capital e as grandes configurações ideológicas mencionadas, é preciso estabelecer uma relação de constituição entre elas. A sucessão das formas de liberalismo, assim como das formas de Estado capitalista (clássico, intervencionista e neoliberal) guardam relação com as formas de subsunção do trabalho ao capital. Relaciona-se o liberalismo clássico à subsunção real (formal e material) da grande indústria competitiva, o liberalismo social à subsunção real (formal, material e organizacional) da grande indústria monopolista e,

² O liberalismo social deve ser entendido como uma negação do pensamento liberal originário. O neoliberalismo, por sua vez, deve ser entendido não só como negação do liberalismo social, mas também como uma segunda negação do liberalismo clássico.

finalmente, o neoliberalismo à subsunção real (formal, intelectual e societária) da pós-grande indústria.

O liberalismo social trata a classe trabalhadora como uma dispersão estratificada de agrupamentos de forças de trabalho, os quais se encontram relativamente separados por ramos da indústria, por tipo de profissão, etc. Ele considera tais agrupamentos como forças políticas que se encontram unificadas e coletivamente organizadas por meio de sindicatos. É evidente que a base de tal organização social dos trabalhadores decorre da própria forma concreta em que se dá a subsunção material dos trabalhadores nas fábricas, fazendas, lojas, etc. Já o neoliberalismo prefere tratar os trabalhadores como uma coleção de indivíduos competitivos que são organizados pelas próprias empresas capitalistas e pelo Estado, não tanto materialmente, mas ideologicamente. Eis que, em virtude da própria natureza do modo de produção, a dominação ampla da subjetividade dos trabalhadores na pós-grande indústria torna-se mais importante do que a dominação de sua inteligência prática e corporeidade que funcionam na produção.

Nesse momento da exposição impõe fazer uma observação importante. Não se está dizendo que as formas de pensamento político são reflexos da base estrutural da sociedade. Afirma-se, ao invés, que elas são construções intelectuais complexas que respondem aos desafios postos pelo andamento histórico do modo de produção.

O liberalismo clássico estava fundado na aparência mercantil do modo de produção capitalista. Ele se manteve como ideologia dominante em face da fraqueza e fracionamento da classe trabalhadora no período da história antes referido, quando esse sistema não estava ainda bem desenvolvido. Já o liberalismo social surge quando a essência do sistema, isto é, o seu caráter de modo de dominação e exploração, revelara-se por meio da crescente organização sindical e partidária e, em consequência, da intensificação das lutas dos trabalhadores contra o capital a partir do último quartel do século XIX. Este liberalismo toma, entretanto, as contradições como diferenças econômicas e sociais que podem ser atenuadas por políticas sociais integradoras. Note-se que o estado intervencionista keynesiano e social-democrata é um estado corregeedor que se orienta pelo propósito de corrigir – ou amenizar – as falhas e os abusos do capitalismo. Se o liberalismo clássico cristaliza a aparência, o liberalismo social cristaliza a diferença. Ambos omitem a contradição interna e constitutiva que vincula entre si trabalhadores e capitalistas.

Por sua vez, o neoliberalismo emergiu como ideologia dominante quando o pensamento do capital teve de enfrentar as crises dos anos 70 do século XX, após a euforia econômica do pós-guerra. Com a queda da taxa de lucro gerada pelo aumento da composição orgânica do capital e a consequente ameaça de estagflação nas principais potências imperialistas, tornou-se necessário deixar as políticas de conciliação de classe para trás. Para que fosse possível aumentar a taxa de exploração, tornou-se necessário enfrentar a grande presença política dos trabalhadores nas democracias de massa. Esta se projetava aí, como se sabe, principalmente, por meio de movimentos, sindicatos e partidos em geral reformistas.

Nesse momento assomou na consciência da classe dominante que a contradição entre a aparência e a essência do sistema não podia mais ser eludida pelas políticas keynesianas e social-democráticas. Em consequência, a ideologia dominante teve de passar a encarar o capitalismo como capitalismo, reformulando totalmente o seu modo de dominação seja no plano da estrutura econômica seja no plano da superestrutura jurídica e política. O neoliberalismo esconde ainda o caráter dialético da contradição entre a aparência e essência do sistema e o faz cristalizando essa contradição como algo espontâneo ou natural, cujo desenvolvimento é ou deve permanecer inacessível enquanto tal à atuação humana consciente. Note-se, ademais, que o neoliberalismo

advoga também um estado intervencionista, não mais para amenizar os conflitos sociais e políticos que atravessam a sociedade, mas para promover a acumulação de capital tanto produtiva quanto financeira na maior intensidade possível.

A ideologia liberal clássica e a ideologia liberal social visavam impedir a essência do sistema ficasse exposta. A ideologia liberal clássica formula todo um sistema de pensamento baseado na apologia da esfera da circulação e do crescimento econômico. É a ela que se aplica a seguinte consideração de Marx, em *O capital*:

“A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham.”

A ideologia do liberalismo social impede a exposição da essência do sistema de outro modo. Mantém a confiança e o elogio do chamado “mecanismo mercantil” na coordenação da produção de riqueza. Reconhece, porém, que tal produção beneficia desigualmente as pessoas e as famílias e que o mero crescimento econômico não reconcilia a sociedade como sugere a mão-invisível de Adam Smith. Propõe, então, que as diferenças e as lutas de classe na sociedade devem ser amenizadas e mesmo corrigidas por meio de políticas distributivas. Veja-se, por exemplo, o que diz Walras sobre isso, discutindo a definição de economia política:

“A utilidade e a equidade, o interesse e a justiça, são duas ordens de considerações muito diferentes e poder-se-ia desejar que Adam Smith tivesse posto essa diferença em destaque, dizendo, por exemplo, que o objeto da Economia Política era o de indicar as condições, primeiro, de uma produção abundante do rendimento social e, em seguida, de uma repartição equitativa do rendimento produzido entre os indivíduos e o Estado”.

O neoliberalismo, entretanto, não pretende mais bloquear o aparecimento da essência do sistema. Não se fia mais em sua aparência na qual as classes estão desaparecidas ou nas diferenças de remuneração entre as classes em face do desempenho do sistema. Diferentemente, visa neutralizar tal aparecimento o mais possível. Muitos neoliberais, por exemplo, não recusam mais que o capitalismo seja chamado de capitalismo. Abandonam o discurso da equidade e da justiça para adotar o discurso do conformismo diante de certos imperativos do sistema. Assim, se passa da ideologia no sentido clássico (velamento da essência pela fixação da aparência ou velamento da contradição pela fixação da diferença) para o cinismo (ideologia que se assume como ideologia, já que a essência e a contradição não podem mais ser veladas, pelo menos inteiramente). Note-se que o termo cinismo aqui não é utilizado para fazer crítica de ordem pessoal, mas designa a posição intelectual que reconhece o dilaceramento do modo sociabilidade existente, mas defende que se deve mantê-lo e para expandi-lo o mais possível, assim mesmo.

Uma prova disto é, por exemplo, a conhecida afirmação da Margaret Thatcher segundo a qual não há alternativa ao capitalismo. Uma segunda prova pode ser encontrada no ataque de Hayek à “justiça social”, em *Direito, legislação e liberdade*, de 1976; note-se que “justiça social” é a demanda política que encobre a pugna de classe e que contraria o seu caráter de luta dilaceradora.

“A invocação de “justiça social” converteu-se, no entanto, em nossos dias, no argumento mais amplamente utilizado no debate político, e o mais eficaz. Quase toda reivindicação de ação governamental em benefícios de grupos específicos é promovida em seu nome. (...) Mas quase nunca se questiona que este seja o padrão que deve nortear a ação política (...). É duvidoso que essa reivindicação de justiça na distribuição da riqueza tenha tornado, de alguma forma, a sociedade mais justa ou reduzido a insatisfação”.

A vitória dessa tese depois dos anos 80 coincide com derrota do keynesianismo. Ela se manifesta não só como engajamento pró-mercado e pró-capital, mas também como desinteresse pelas questões substantivas relativas à reprodução problemática do sistema, às causas estruturais dos problemas sociais, à administração consciente das crises, etc. O pensamento de Hayek fornece uma chave importante para compreender o neoliberalismo quando ele é enxergado como uma filosofia social e política que passa a dominar nas últimas décadas do século XX.

Hayek, entretanto, não é muito influente na conformação do estilo retórico-formalista da teoria econômica ortodoxa mais recente. Eis que é preciso mencionar aqui a influência decisiva de Milton Friedman. Em seu ensaio metodológico de grande impacto – *O método da economia positiva* –, ele desvaloriza o caráter cognitivo do conhecimento para por em relevo a pragmática, inflectida no sentido instrumental, do discurso econômico. E este ensaio, para mim, fornece uma chave para a compreensão do caráter da teoria econômica que emerge com a ascensão do neoliberalismo. Pois, ela não se configura diretamente como filosofia social e política, mas figura no plano da prática como um saber orientado pela política econômica.

“O problema importante” – diz, por exemplo – “em relação aos ‘supostos’ de uma teoria não é se são descritivamente realistas, pois que nunca o são, mas se são aproximações suficientes para os propósitos que se tem em mãos”.

Recentemente criticaram-se os economistas ortodoxos porque eles não foram capazes nem de prever e nem de interpretar a crise econômica mais recente. Ora, os economistas ortodoxos não acreditam mais em qualquer possibilidade de transformação civilizadora do sistema. Eles se contentam com a expansão modernizadora que advém da acumulação descontrolada de capital. Pragmáticos por excelência, eles estão muito mais interessados no jogo do mercado e na defesa de teses profissionais e políticas que lhes parecem convenientes, do que em entender com certa profundidade científica os processos sociais e econômicos.

A verdade é que a teoria econômica ortodoxa, ao se afastar do compromisso da ciência moderna com a emancipação do homem, transformou-se duplamente: enquanto atividade para dentro do campo, ou seja, enquanto atividade legitimadora de competência, ela caiu num formalismo do irrelevante; enquanto atividade para fora do campo, ou seja, enquanto atividade funcional para o próprio funcionamento do sistema, ela se transformou em mercadoria – mercadoria que já não é coisa, mas imagem, propaganda e marketing de teses econômicas.